

Assembléia Congressual: ¹⁴ OUT 1987 ESTADO DE SÃO PAULO bom senso

CYRO PENNA CESAR DIAS

Os tempos mudaram. Sem dúvida alguma podemos afirmar que o Brasil dos anos 80, pelo menos em seu segundo lustro, é um país diferente. Com que euforia... podemos garantir que pertence à História a imagem que o povo cunhou: "nada é tão parecido a um saquarema, quanto um luzia no poder". Saquaremos e luzias, conservadores e liberais respectivamente são instituições políticas do século passado. Esgotaram seu ciclo na Proclamação republicana. A espada de Deodoro, desculpem a lembrança, enterrou quase sem honras estes fenômenos políticos. Porém, será que continua viva, como um fantasma insepulto, a imagem desabonadora de nossos costumes políticos? Ou teria a espada feito serviço completo: sepultado junto às instituições do Império a sua imagem envelhecida?

Não é verdade. Saquaremas e luzias continuam trocando de casaca ou, adotando uma nova embalagem em seu marketing político (como agora se diz em nossos tempos modernos). Continuam contudo enganando a poucos. Neste segundo semestre, deste ano da graça constituinte, a casaca que escolheram para cobrir suas vergonhas atuais é a distinção parlamentaristas versus presidencialistas. Com que ênfase uns se dizem defensores eternos da opção parlamentar, desde que o mundo é mundo. Outros juram por quantos santos forem necessários, que sempre professaram o presidencialismo. Palavras, palavras... garantia um sábio inglês renascentista, porque sabia que estes símbolos fonéticos escondem mais coisas do que revelam. Não deve ter escapado a ninguém que só uns poucos, mas são só alguns, preferiram apresentar argumentos. A maioria só se procurou garantir que era isto ou aquilo, sem maiores preocupações teóricas. Deixemo-los de lado, porque estes "segurirão o Senhor"... seja ele quem for. Quanto à ínfima minoria que se preocupa em expor argumentos, de forma organizada, esta merece atenção.

Os parlamentaristas costumam apreçoar que este sistema é ideal porque limita as crises ao âmbito da Assembléia. Não permitiria que a bola de neve crescesse tanto que soterrasse a aldeia. Apresentam como axioma incontestável, o mais de meio século de paz parlamentar do Império. De que manual de verdades históricas esta argumentação foi retirada não o sabemos; mas sem dúvida este axioma não representa toda a verdade. Quanto a esta argumentação, algumas perguntas permanecem pertinentes. Quem garantia, de fato, a fria sucessão de Gabinetes do Império, sem ameaças institucionais de qualquer espécie? Para lembrar um único episódio: quem contornou a crise entre Caxias (que não a pediu e nem a provocou, diga-se de passagem) e o Ministério Zacarias de Goes em plena Guerra do Paraguai? É bom também lembrar como foi insuficiente a paz parlamentar para impedir a quase fragmentação do País ocorrida durante o hiato da Regência. Em tempo, qual foi a solução ardilosa, para dizer o mínimo, que o Parlamento encontrou para conter as infundáveis crises que a Regência não resolvia?

Todas estas questões encontram um mesmo denominador comum em suas respostas: a figura do Imperador. É preciso ter sempre presente que o Imperador resolvia as questões, assegurava a paz parlamentar, não porque possuísse dons mágicos, ou pela sabedoria de suas barbas brancas, mas sim porque exercia um "poder irresponsável". O sentido desta expressão perdeu-se no tem-

po. O Imperador não respondia por seus atos a ninguém, este é o sentido pleno da expressão "soberano". A longa paz da era imperial residia no exercício desta soberania e não na eficiência do jogo parlamentar, no "respeito institucional" de liberais e conservadores. As acusações de corrupção ocorriam paralelas a sucessão dos gabinetes; as constantes crises ministeriais escondiam movimentos de política miúda, que envolviam geralmente disputas pessoais, sem qualquer conotação ideológica.

Como lembrança interessa insistir no apelido que um historiador competente encontrou para definir a origem dos republicanos: "liberais mal humorados". Não atendidos em suas pretensões, saem do partido, fundam outro, chamam-no de republicano e constantemente pedem a bênção do Imperador para suas necessidades. Como se observa, o fenômeno não é novo na política brasileira... Um de maiores próceres republicanos, o Conselheiro Laffaete, chegou ao Conselho de Estado, instituição máxima da ordem política do Império, pela única via possível: as mãos do sábio Monarca, que livremente, em seu poder irresponsável, o indicou. Meditem os apressados — e talvez alguns sinceros constituintes parlamentaristas sobre nossas heranças históricas. Temos uma origem ibérica para quem o poder não se divide, se exerce, e isto está bem cravado na alma política dos obedientes. Exercício de poder, nesta que é produto de uma "fronteira da Europa", em muito pouco é fruto de consenso. Certos enxertos anglo-saxônicos são de rejeição quase imediata em corpos políticos de nascimento latino.

Em tempo é preciso lembrar, também, que a assim chamada paz parlamentar foi insuficiente para equacionar problemas insolúveis à ordem imperial: a questão religiosa e a questão militar. Seria desnecessário lembrar que a "longa paz" nasceu de uma Constituição outorgada, depois que tropas "visitaram" a Constituinte. Por outro lado é preciso insistir, ad nauseam, que ninguém advoga a instituição anacrônica do poder absoluto, de qualquer matriz, mesmo porque a era tecnológica que vivemos exige um exercício co-responsável de poder. Sem dúvida só alcançaremos o desenvolvimento que almejamos se envolvermos a Nação, como um todo, em sua constituição. Para tanto é preciso consenso, que só se encontra quando se escolhe democraticamente o poder.

E não se denomine democrático a este outro processo político bem diferente, caracterizado pelo exercício amplo, geral e irrestrito das palavras vazias; que nada significam na físiologia, a que efetivamente dirige parcela considerável dos constituintes. É interessante observar como a troca das casacas entre parlamentaristas e presidencialistas de repente "virou" a grande questão. Uns e outros, estão excitadíssimos com os lucros possíveis para exibirem a nova roupagem. Contudo, o País não é mais o Império!

A necessidade de new-money é tão visível quanto a recessão que estes dólares trarão. Devem atentar os senhores constituintes que pouco importa o que está escrito quando a realidade soa mais alto. E isto sabe qualquer padre de aldeia que conhece o limite do barulho do seu sino. O seu badalar pode chamar, pode impedir desastres maiores, mas não tem o poder de inverter a ordem das coisas. A Constituinte pode mudar o que quiser, mas o que vai continuar, mais ou menos, o mesmo é o País.